

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A ATUAÇÃO DO SPI NO MÉDIO PURUS

Bolsista: Jucélya Suellen Pereira da Silva – FAPEAM

MANAUS

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB-H/0033/2008

A ATUAÇÃO DO SPI NO MÉDIOPURUS

Bolsista: Jucélya Suellen Pereira da Silva, FAPEAM

Orientador: Prof. Dr. Gilton Mendes dos Santos

Manaus

2009

*“Feliz o homem que acha sabedoria, e o homem
que adquire conhecimento”*

SUMÁRIO

RESUMO	05
LISTA DE SIGLGAS.....	06
1. INTRODUÇÃO	07
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	09
2.1. Sobre o a pesquisa e o novo direcionamento investigativo.....	09
2.2. O Serviço de Proteção aos Índios.....	10
3. RESULTADOS FINAIS.....	15
3.1 O SPI no Amazonas.....	15
3.2 O SPI no Médio Purus.....	22
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
5. REFERÊNCIAS.....	47
6. CRONOGRAMA.....	49
7. ANEXOS.....	50

RESUMO

Este relatório apresenta principalmente os resultados de uma nova proposta de investigação, que tem por título “A atuação do SPI no Médio Purus” (PIB-H/0033/2008-2009), tendo como objetivo compreender e analisar as ações do Serviço de Proteção aos Índios na referida região. Para tanto, em vista dessa nova proposta, a análise de microfilmes deste órgão indigenista, ancorado a trabalhos que focaram a região, bem como os que trataram sobre a política indigenista, foram de inestimável importância, para o desenvolvimento desta investigação. No entanto, em face da proposta antiga que tinha por título “Conhecimento, natureza e cultura: o Ciclo da Borracha e os índios Deni” a metodologia empregada constituiu-se em: a) levantamentos de dados bibliográficos sobre a região, focando aí o povo Deni e demais integrantes da família lingüística Arawá; b) pesquisa aos documentos da Empresa extrativista J.G.Araújo, analisando correspondências, diários de navegação, recibos de pagamentos, recibos de compra, registros de embarcações, relatórios de viagem, livros de cargas, etc. e c) levantamento e análise dos Arquivos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), trabalhados com mais afinco, embora nem todos os 21 microfilmes adquiridos pelo NEAI (Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena), tenham sido analisados, chegando a conclusão que os povos indígenas da família Arawá (Jamamadi, Kulina, Paumari, Deni e Jarawara) foram atendidos pelo órgão indigenista. Vale esclarecer, ainda, que esta pesquisa é parte de um projeto intitulado: “Paisagens Ameríndias: Habilidades, Mobilidades e Socialidade nos Rios e Cidades da Amazônia”.

Palavras- Chave: SPI, Médio Purus, Postos Indígenas

LISTA DE SIGLAS

CD	Compact Disc
FAPEAM	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IC	Iniciação Científica
IR	Inspetoria Regional
ISA	Instituto Socioambiental
NEAI	Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena
PI	Posto Indígena
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPILTN	Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório de iniciação científica está inserido do projeto fomentado pela CAPES “*Paisagens Ameríndias: Habilidades, Mobilidades e Socialidade nos Rios e Cidades da Amazônia*”, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas.

A importância desta pesquisa dá-se em razão dos escassos trabalhos sobre o sudoeste amazônico. Divergindo-se das regiões como Alto Rio Negro e Alto Solimões, por exemplo, o Médio Purus constitui-se num vazio etnográfico, limitando-se as narrativas de cronistas, viajantes, militares e missionários.

As primeiras viagens exploratórias pelo rio Purus, ditas como encomendadas pela administração do Amazonas, datam de meados do século XIX. Em seus relatos começam a surgir referências aos grupos tribais da região. (LAZARIN, 1981:08)

Ora, entre os importantes trabalhos referentes ao Purus, vale ressaltar o de Euclides da Cunha (1960 [1906]) “O rio Purus”, a dissertação de mestrado de Antonio Marco Lazarin (1981) “*A descida do rio Purus*” (*uma experiência de contato interétnico*), Gunter Kroemer (1985) “Cuxiuara: o Purus dos Indígenas. Ensaio etno-históricos e etnográfico sobre os índio do médio Purus”, os quais contribuíram sobremaneira para elaboração deste relatório em face do ‘vazio etnográfico’.

Seguindo um cronograma, a pesquisa tinha por objetivo, compreender e analisar a participação do grupo indígena Deni, no sistema de aviamento, enfatizando a relação destes com a natureza e ainda compreender as suas formas de ocupação territorial e as demarcações de terras, buscando entender de que forma se dava a relação dos nativos com os que adentravam suas terras mediante ao sistema de aviamento.

Para tanto, foram realizadas pesquisas em arquivos de dados primários: Acervo da Empresa

J.G. Araújo, os quais encontram-se atualmente sob a guarda do Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas. Posteriormente ainda no Museu Amazônico, tendo acesso aos Relatórios dos Presidentes de Província do Amazonas, buscou-se informações mais diretas relativas ao grupo indígena Deni, objeto da primeira proposta da pesquisa, encontrando apenas referências ao Purus de maneira mais geral.

Nos arquivos da Empresa J.G. Araújo, encontramos uma série de documentos, tais como cartas manuscritas e datilografadas pelos aviados da empresa, coleção de letras de câmbio, diários de navegação, recibos de pagamentos, recibos de compra, registros de embarcações, relatórios de viagem, livros de cargas, guias de embarque. Destes documentos foram analisados com afincos cartas, diários de navegação, microfilmes de jornais, organizados por datas e espécies, reforçando dessa forma, as transações comerciais existente entre a empresa seringalista e os barracões, inserindo a população indígena no sistema de aviamento.

As pesquisas feitas a sete Relatórios dos Presidentes da Província do Amazonas, distribuídos em volumes, nos dá um panorama das diversas regiões do Amazonas. Isso inclui também, as citações referentes ao Purus, ou especificamente a uma cidade: Lábrea, alvo de constates medidas, conforme o Relatório nº 31 (1886), na página 10 e 11, quando procuravam tornar o município como um posto policial, devido às barbaridades ocorridas no Purus – por vezes relatadas nos vários volumes.

No entanto, ao passo que as análises aos arquivos microfilmados do SPI, constituindo a terceira etapa desta investigação, avançavam, fazendo levantamento dos documentos e analisando-os, a pesquisa foi tomando novos rumos, *buscando compreender a partir de então, as ações do Serviço de Proteção aos Índios na região do Médio Purus.*

Para tanto, dos 21 microfilme adquiridos pelo NEAI, quatorze foram analisados e lidos em sua totalidade com exceção do 290 que foi examinado parcialmente (001, 002, 030, 032, 240, 290, 322, 334, 341, 342, 378, 379, 386, 395), sendo que os microfilmes 001, 032, 322 e 342 continham

referências à família lingüística Arawá e especialmente o 032, do qual extraí informações ímpar sobre as aldeias da região do médio Purus.

O presente relatório antes de se deter na questão específica da atuação do SPI no médio Purus relata *à priori*, a ação indigenista em si, relatando o surgimento do Serviço de Proteção aos Índios e ainda a ação do órgão indigenista no contexto do Estado do Amazonas, para então, analisar a atuação deste no contexto do médio Purus.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sobre a pesquisa e o novo direcionamento investigativo

Em razão da primeira proposta investigativa desta pesquisa que visava '*compreender e analisar a participação do grupo indígena Deni, no sistema de aviamento, enfatizando a relação destes com a natureza e ainda compreender as suas formas de ocupação territorial e as demarcações de terras*', pesquisas feitas aos arquivos da Empresa J.G. Araújo, buscaram, num primeiro momento, através da análise de cartas, diários de navegação, livros de cargas, microfilmes de jornais, etc, obter informações genéricas sobre a região do Purus, reforçando a predominância dos sistema de aviamento.

Já com os olhos voltados em atingir os objetivos da antiga proposta, inicia-se uma investigação aos Relatórios de Província, os quais dão um parecer geral da região, relatando vez outra sobre a situação de algumas tribos indígenas.

Ainda em razão de adquirir informações sobre os Deni, investigou-se os arquivos microfilmados do Serviço de Proteção aos Índios. Em face da ação que o órgão indigenista teve na região amazônia, sobretudo a atuação de Bento de Lemos como inspetor da Inspetoria Regional do

Amazonas e Território do Acre, é que se dá o novo direcionamento desta pesquisa, focando a partir de então, '*A atuação do SPI no Médio Purus*', vindo a ser o novo título da pesquisa, que objetivava, desde então, '*compreender as ações do Serviço de Proteção aos Índios na região do Médio Purus*'.

Por tanto, este tópico consiste em relatar informações sobre o Serviço de Proteção aos Índios desde a sua gênese, até a sua extinção.

2.2 O Serviço de Proteção aos Índios (SPI)

Segundo Manuela Carneiro da Cunha, o século XIX é um século heterogêneo, bem como o País. À essa época 'áreas de colonização antiga contrastam com frentes de expansão novas. O Sudeste e, um pouco mais tarde, a Amazônia, conhecem uma riqueza inédita'.

No entanto, ainda segundo esta autora, no início do século XIX, não havia uma política efetiva, capaz de resguardar a população indígena, estabelecendo-se apenas, após a queda do regime pombalino, em 1798, uma norma que proibia a prática do “descimento” e escravização dos índios, submetidos a partir de então, às normas dos comerciantes de escravos (Melo, 2007: 30).

Só com o processo de Independência do Brasil, mas precisamente com a apresentação do projeto de José Bonifácio, o qual 'apresentava uma proposta para o trato com os povos indígenas' é que a política indigenista foi tomando forma e 'os índios passam à condição de órfãos e, portanto, tutelados',

Nas palavras de Cunha:

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. (Cunha, p.134)

A extração da borracha movimentou a região amazônica por um lado, e por outro

movimentou tensões sociais entre seringalistas e índios, estes usados como força de trabalho para a extração do látex, sendo substituídos, ao passo que crescia a demanda, pelos nordestinos.

Contudo, os momentos áureos da borracha amazônica tiveram seu fim quando concorriam com os preços mais acessíveis oferecido pelas empresas do Oriente, tendo que 'diversificar suas atividades destacando-se aí a pesca, o comércio de peles, a lavoura de cana-de-açúcar e de cacau', conforme relata Oliveira Filho (Oliveira Filho, 1987: 208)

Como forma de “proteger” os índios, o Governo Republicano, por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho, no governo de Procópio Nilo Peçanha, criou o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910. Surge então a pergunta: ‘com que finalidade foi criado o Serviço de Proteção aos Índios? Na visão do antropólogo Darcy Ribeiro, ‘foi a gravidade dos conflitos ocasionados pela expansão capitalista em curso’, que o fez surgir, como consta na dissertação de Melo (2007).

Ora, diante da expansão ferrenha do capitalismo, os

Os colonizadores, cuja maioria era composta por imigrantes europeus estavam em uma situação desesperadora. Tendo os indígenas como obstáculo aos seus propósitos mais imediatos, chegaram ao ponto de defender seu extermínio, pois dificultavam a penetração e expansão de seus negócios. (Melo, 2007:48)

Em sua gênese o serviço possuía 13 inspetorias, conforme o Regulamento anexado ao Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910:

[...] 13 inspetores, sendo um para cada um dos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Bahia, Espírito santo, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e 1 para o Território do Acre.(idem, p.51)

Em decorrência de um novo regulamento datado de 1911, instituído a partir do Decreto nº 9.214, de 15 de dezembro, o SPILTN reduziu para 10 a quantidade de inspetorias de forma que as Inspetorias do Acre e do Amazonas, dantes independentes, se unificaram e tornam-se Inspetoria do Amazonas e Território do Acre, a partir de 1912. Dois anos depois uma nova redução foi feita de 10

inspetorias ‘para apenas seis, permanecendo como 1ª Inspetoria a que englobava o Estado do Amazonas e Território do Acre’.

À frente da IR1, nos primeiros anos de seu funcionamento, estiveram os inspetores Alípio Bandeira, João Amora e posteriormente Bento de Lemos, sendo este último o que passou mais tempo no cargo (1916-1932), apresentando diversos relatórios referentes às populações indígenas da região.

Sem desmerecer o trabalho de antecessores, surge para chefiar a IR1, Bento Martins Pereira Lemos, o qual segundo os registros, já participava, em anos anteriores, das intervenções feitas pelo SPI.

Sem procurar fazer apologia à figura de Bento de Lemos, pode-se afirmar que os seus relatórios são dentre os produzidos por inspetores, as peças mais completas sobre os povos indígenas, produzidas pela Inspetoria do Amazonas e Acre. (MELO, p.207)

Perante a Lei nº 3454 (Melo 2007) de 1918, ‘a localização de Trabalhadores Nacionais foi transferida para o Serviço de Povoamento, passando o órgão a denominar-se apenas Serviço de Proteção aos Índios’, que funcionava com bases em relatórios feitos pelos responsáveis por cada posto indígena, definidos como delegados, os quais enviavam relatórios à Inspetoria Regional e por fim enviados ao diretor do SPI.

Ao assumir o comando da IR1, Bento de Lemos, encontrou em funcionamento apenas dois postos indígenas: PI do rio Jauapery (ou Jauaperi) e o PI do rio Abacaxis:

Ao findar o primeiro lustro da gestão de Bento de Lemos, a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre mantinha em funcionamento três Postos Indígenas, dois no Estado do Amazonas, situados no rio Jauapery e Seruhiny e o terceiro no rio Jamary, no Estado do Mato Grosso. Desses, dois foram fundados sob gestão de Bento Lemos: o Rodolpho Miranda, no rio Jamary; e o Posto Marienê, no Seruhiny, afluente do Purus. (MELO, p. 146)

Mediante a escassez de Postos Indígenas, Bento de Lemos procurou criar outros postos, acreditando ser o método mais eficaz de atrair e assistir os povos indígenas. Dessa forma, o Decreto nº 736, que regulamentou o SPI, ‘definiu os postos indígenas como sendo um aparato’ do serviço prestado aos

índios, definindo-os em *Postos de Atração, Vigilância e Pacificação*, tendo a obrigação de proteger a população indígena de ataques, bem como as suas terras contra eventuais invasões, prestando todo auxílio aos que já encontravam atraídos e pacificados. Esses postos também deveriam,

atrair por meios brandos as tribos arredias ou hostis e não permitir nenhuma violência física contra os indígenas, ainda que as hostilidades partissem deles; não permitir a imposição de religião, ensino e aprendizagem que eles não aceitem; [...] afastar do contato dos indígenas pessoas que sejam portadoras de moléstias e fazer respeitar a família indígena. (idem, p.53)

Os postos denominados como *Postos de Assistência, Nacionalização e Educação* agregavam índios em estado pacífico de uma ou mais etnias, os quais se encontravam sedentários e ‘capazes de se adaptarem à criação e à lavoura’, estando responsáveis pela organização destas, como também pela pecuária. O tratamento das endemias e moléstias, adquiridas mediante os contatos dos índios com os brancos, também ficava a cargo desse posto.

A política indigenista brasileira, mas precisamente na atuação do SPI, no período que vai de 1910 a 1940, teve com linha de conduta, ações de inspiração tutelar e autoritárias baseadas em princípios positivistas, os quais têm orientado durante essa década a aplicação da política indigenista no Brasil, nas gestões de Alípio Bandeira, João Amora e Bento de Lemos, guiados pela convicção de Rondon, o qual imaginava 'que as terras ocupadas pelos indígenas deveriam ser desenvolvidas economicamente, sob orientação dos denominados “patrões”, que eram ou tinham sido responsáveis pela empresa seringalista e/ou castanheira'.

Nesse sentido, aparece e ganha força administrativa a figura dos denominados *delegados*, criada por Alípio Bandeira, que transformava seringalistas em verdadeiros “donos” dos índios, num padrão de tutela nada deixando a desejar em relação àquele prevalecente na sociedade colonial. (MELO, p. 209)

O SPI funcionava com base em relatórios feitos pelos responsáveis por cada posto indígena.

Esses relatórios eram enviados ao inspetor da Inspetoria de cada região e por fim enviados ao diretor geral do órgão oficial.

A política indigenista brasileira, mais precisamente a atuação do SPI, no período que vai de 1910 a 1940, teve como linha de conduta, ações de inspiração tutelar e autoritárias baseadas em princípios positivistas, segundo consta em trabalhos sobre políticas indigenista, tal como o de Melo (2007) e Freire (2007), por exemplo.

Essa política positivista orientou durante essas décadas a aplicação da política indigenista no Brasil, nas gestões de Alípio Bandeira, João Amora e Bento de Lemos, guiados pela convicção de Rondon, o qual imaginava 'que as terras ocupadas pelos indígenas deveriam ser desenvolvidas economicamente, sob orientação dos denominados “patrões”, que eram ou tinham sido responsáveis pela empresa seringalista e/ou castanheira'.

Tais patrões eram intitulados *delegados*: '*funcionários* que trabalhavam de forma gratuita em prol dos indígenas, principalmente nas regiões de seringais, em face das distâncias e até mesmo da falta de recursos [...]' (Melo, 2007:139). A esses ficava a responsabilidade de cuidar do posto indígena, enviando periodicamente ao inspetor da região a situação do posto por qual estavam responsáveis.

Nesse sentido, aparece e ganha força administrativa a figura dos denominados *delegados*, criada por Alípio Bandeira, que transformava seringalistas em verdadeiros “donos” dos índios, num padrão de tutela nada deixando a desejar em relação àquele prevalecente na sociedade colonial. (MELO, p. 209)

No entanto a ação desses *funcionários*, era contraditória, conforme sugere a última citação, visto que os mesmos, 'eram seringalistas, donos de castanhais, enfim, pessoas necessitadas da força de trabalho indígena' (Melo, 2007: 139).

Na década de 50, percebe-se que a ação positivista aplicada com tanto aferrado na atuação do Serviço de Proteção aos Índios, 'passa a sofrer mudanças substanciais na sua política', em decorrência da assunção de oficiais do Exército e funcionários públicos ao assumir cargos de poder

no SPI:

no final dos anos 50, um novo grupo de oficiais do Exército e funcionários públicos começou a assumir posições de poder no SPI. Uma onda de corrupção burocrática infestou então a administração do SPI. A nova direção pôs fim à Seção de Estudos Antropológicos que Darcy Ribeiro havia ajudado a criar no início dos anos 50. Vários postos indígenas foram confiados a missionários religiosos. Expedições de pacificação, prejudiciais ao bem-estar e à segurança das tribos indígenas, foram toleradas, e praticamente deixou de haver controle sobre as atividades dos agentes do órgão nas áreas pioneiras. Em termos simples, considerações econômicas e não mais humanitárias passaram a formar a base da política indigenista no Brasil. (Davis, 1978: 30-32, in. Melo, 2007: 60-61)

'As denúncias de corrupção, malversação de recursos públicos, maus tratos aos povos indígenas e até genocídio, entre outras denúncias, como a de exploração sexual, por exemplo', tiveram grande repercussão tanto em território brasileiro, como na mídia internacional, de modo que a política indigenista praticada no Brasil foi posta em xeque. (Melo, p.61)

Em face de tantas denúncias, o Governo ditatorial, por intermédio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, instaura um 'novo órgão condutor da política indigenista': FUNAI – Fundação Nacional do Índio, extinguindo então, o Serviço de Proteção aos Índios, neste mesmo ano.

3. RESULTADOS FINAIS

3.1 O SPI NO AMAZONAS

Para este tópico, é importante relatarmos como a política indigenista progrediu e atuou no cenário amazônico, mediante a intensa 'procura pela borracha [...] em razão dos preços competitivos que o produto detinha no mercado mundial'. No entanto, analisaremos *à priori* a situação da referida região diante da intensa procura do látex da seringueira.

Sobre isso escreve MELO (2007):

À medida que aumentava a procura pela borracha, naturalmente o conflito social na

Amazônia, envolvendo povos indígenas e seringueiros/seringalistas tornava-se mais intenso. Além do problema de o produto se encontrar em terras indígenas, havia na lógica dos seringalistas, endossada pelos governos provinciais, carência de mão-de-obra para sua extração, razão pela qual a força de trabalho indígena era fundamental. (Melo, 2007:71)

Mediante o aumento da extração do látex, combinado, posteriormente, com a insuficiência da força de trabalho indígena, migraram para a região Amazônica os nordestinos, os quais passaram a ser 'elemento importante nesse processo'.

Nesse momento, era interesse dos seringalistas e casas aviadoras em ter mão-de-obra em maior quantidade. Passaram, então, a buscar a migração de nordestinos para a Amazônia num processo semelhante à peonagem. (idem, p.71-72)

No entanto, o “apogeu do ciclo da borracha”, teve seu fim quando a 'borracha produzida no Oriente foi oferecida ao mercado mundial por preços inferiores aos produzidos na Amazônia' (Melo, 2007). A região entra em crise diante das consequências deixadas pela extração compulsória da seringa, sobretudo aos povos indígenas, os quais tiveram muitas de suas terras devastadas.

É nesse período que as discussões sobre políticas indigenistas se tornam mais frequentes, em vista das tensões entre os donos de seringais e índios, passando a ganhar espaço no cenário nacional, estabelecendo-se, então, no âmbito das discussões sobre terra e uso da mão-de-obra indígena, o SPI.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI), através da instalação de Inspetorias e Postos Indígenas, atraindo e arregimentando contingentes indígenas tinha por objetivo integrá-los ao modo de vida nacional, através do que denominou-se de “processo civilizatório”, como consta na dissertação de mestrado de Joaquim Melo (2007). Dessa forma, quase todos os grupos da região do Purus foram “atendidos” pelo SPI, em suas fazendas agrícolas e também incentivados aos trabalhos nos seringais.

Bento de Lemos foi quem esteve por mais tempo à frente das Inspetoria do Amazonas e

Território do Acre,. Atuou de 1916 a 1932, com alguns afastamentos, segundo mostra Melo (2007) em seu trabalho intitulado “A política Indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932” e também Rocha Freire em seu livro “ Política Indigenista e Conflitos Regionais na Amazônia (1910-1932)”.

Levando em consideração esse dado, focaremos neste capítulo a atuação de Bento de Lemos como inspetor da IR1.

Ao chegar ao cargo de inspetor, Bento de Lemos deparou-se com a existência de apenas dois Postos Indígenas (PI): PI Jauapery, afluente do rio Negro e PI Abacaxis, 'afluente de um paraná do Madeira, no município de Maués'.

Diante dessa realidade mantendo os objetivos de incorporar os índios como força produtiva na economia nacional e protegê-los, Bento de Lemos buscou criar vários PI's, pois acreditava que a mediante a criação destes se obteria os objetivos propostos pelo serviço.

Durante o exercício de 1917, embora o inspetor Bento de Lemos reconhecesse a necessidade de implantação de mais postos indígenas na região sob sua jurisdição, pois esses postos teriam a função de agregar e proteger os povos indígenas, as condições financeiras e de pessoal não permitiam que tal necessidade se concretizasse. Assim, durante o segundo ano de sua gestão, apenas dois postos indígenas estavam em funcionamento no Estado do Amazonas, o do Jauapery e do rio Abacaxi. (MELO, p. 139)

No entanto, por conta da falta de recursos muitos Postos foram desativados e muitos funcionários demitidos, sendo necessário recorrer aos *delegados*, título honorífico, utilizado por Alípio Bandeira, definindo os voluntários que atuavam nos postos, os quais em sua maioria eram seringalistas que tiravam proveitos deste cargo:

Enquanto o SPI lutava para “proteger” os povos indígenas, sua integridade física e suas terras, fazendo pressão no Judiciário, nomeando *delegados*, abrindo postos indígenas, havia

outro grupo que, contrariamente, tinha interesse em ocupar as terras indígenas e utilizar a força de trabalho indígena de forma compulsória. (MELO, p. 178)

Verdade que existem delegados nomeados para todas as localidades do território. Mas a ação dessas autoridades não satisfaz, pois que se trata de pessoas com interesses opostos àquele em que são interessados os índios. Uns são proprietários de seringais, outros negociantes, alguns empregados em repartições do governo territorial ou interessados em empresas industriais. De sorte que, os delegados somente tomam a defesa do índio quando está afastada toda e qualquer hipótese de um prejuízo no seus interesses pessoais, comerciais ou industriais. (Lemos, 1928:3 in Melo 2007:209-210)

No segundo ano de chefia ao cargo de inspetor, a Inspetoria Regional (IR1) mantinha em funcionamento três Postos Indígenas, dois no Estado do Amazonas, situados no rio Jauapery e Seruhiny que originaram os Pi's Rodolpho Miranda, no rio Jamary e o posto Marienê, no Seruhiny, afluente do Purus.

De 1921 a 1925 conta-se dez novos Postos Indígenas na Inspetoria, conforme MELO (2007), entre os quais dois atendiam grupos da família lingüística Arawá, o PI Rio Gregório e o PI Manauacá. Vejamos abaixo, a lista dos Postos Indígenas existentes na Inspetoria do Amazonas neste período:

- **Entrepasto Indígena da vila de Boa Vista do Rio Branco;**
- **Posto do rio Madeirinha;**
- **Posto Indígena do rio Gregório*;**
- **Posto Indígena do rio Ariaú;**
- **Posto Indígena “Manoel Miranda”, no rio Autaz-Assú;**
- **Posto Indígena “Antonio Paulo”, no baixo Maicy;**

- **Posto “Emanuel Amarante” no médio Maicy;**
- **Posto Indígena “Manauacá”, no rio Tuhiny*;**
- **Posto Indígena “Capitão Portátil”, no Maicy-Mirim;**
- **Posto Indígena do Surumú.**

Entre os anos de 1926 a 1932 surgem os seguintes novos postos, somados aos anteriores:

- **Posto Indígena de Yauareté-Cachoeira, no alto Uaupés;**
- **Posto Indígena do médio rio Ipixuna;**
- **Posto Indígena do Laranjal;**
- **Posto Indígena do Lago da Josefa;**
- **Posto Vigilância do rio Papurí;**
- **Posto Vigilância da foz do rio Querarí;**
- **Posto Vigilância do rio Camanaú;**
- **Entrepósito Indígena de São Gabriel da Cachoeira.**

Em meados da década de 1930 o SPI entra em crise. Segundo Rocha Freire, a crise do sistema que visava proteger o índio, suas terras, sua integridade física, começou no sul do País e sem demora chegou à Amazônia. É após uma investigação realizada pela denominada Comissão de Inquérito que investigaria as 'denúncias contra as atividades desenvolvidas pela Inspetoria Regional do SPI (IR1)', em 1931, sob a administração de Bento de Lemos, que tal crise se efetiva.

Por todo trabalho realizado como inspetor, junto ao Serviço de Proteção aos Índios, Bento de Lemos, embora sob muitas acusações das quais foi inocentado, foi admirado por muitos por zelar 'pelos direitos conferidos aos índios', segundo consta na declaração feita pelo diretor de Seção do Ministério da Agricultura e ex-servidor do SPI, Teóphilo Carvalho Leal:

É com amor, evitando atritos com as autoridades estaduais, que o Sr. Dr. Bento Martins Pereira de Lemos zela pelos direitos conferidos aos índios; garante a efetividade da posse das terras ocupadas por indígenas; põe em prática os meios eficazes para evitar que os civilizados invadam as suas terras; faz respeitar a organização interna das diversas tribos, sua independência, seus hábitos e instituições, não intervindo para alterá-los, senão com brandura e consultando sempre a vontade dos respectivos chefes; promove, por meios legais, a punição dos crimes cometidos contra os índios; fiscaliza o modo por que eles são tratados nos aldeamentos e casas particulares; exerce vigilância para que não sejam coagidos a prestar serviços e vela pelos contratos são feitos com eles para qualquer trabalho; e, finalmente, procura manter relações e desenvolvê-las com as tribos, velando sempre, sem descanso, pela segurança e pela tranqüilidade dos filhos das selvas. (MELO, p. 201-202)

De fato, é inegável a contribuição deixada por Bento de Lemos na história do SPI, o qual expunha em seus relatórios a situação dos povos indígenas, buscando integrá-los à civilização, mediante a ampliação das atividades econômicas, quer fossem agrícolas ou extrativistas. Os relatórios de viagens feitas pelos encarregados dos Postos, e de Curt Niemendaju, quando este esteve nos rios Negro e Solimões resultaram em relatórios ricos em detalhes sobre os povos indígenas, 'o que muito contribui para ação do SPI'.

Esse período vai de 1930, quando foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no qual ficou inserido o Serviço de Proteção aos Índios, até meados de 1939, ano de retorno do órgão tutelar ao Ministério da Agricultura.

Nesse período a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre entrou em franca decadência. Para explicar as razões da influência nesse intervalo de tempo, vários documentos internos do SPI enfatizam a saída do Ministério da Agricultura. Relatório da Diretoria (fragmentos), de 1935, dá uma idéia de como ficou a situação o SPI, no período de 1931 a 1935 [...] (Idem, p. 203)

Acredito ser importante abrir um parêntese e relatar, sem muitos detalhes, sobre a atuação de Niemendaju no SPI, relatando que este anotava as queixas dos índios e traduzia-as aos encarregados de desenvolver a ação indigenista, para que os mesmos tomassem medidas cabíveis para 'ajudar' esses povos.

Nos anos seguintes, sob a direção do Major Carlos Eugênio Chauvin, a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre reinicia seus trabalhos. Tal reinstalação encontra-se num relatório, datado de 1943 ou 1944, com o título Realização do Serviço de Proteção aos Índios no período de 1930 a 1940, mostrando a importância do retorno do órgão indigenista ao Ministério da Agricultura:

Com o advento do citado Decreto nº 1.736, de 3 de novembro de 1939, pode o SPI, em 1940, reiniciar os seus trabalhos, organizando-se como uma Diretoria na Capital, dividida em duas seções; a 1ª cuidando da parte administrativa, e a 2ª superintendendo os trabalhos relacionados à proteção e assistência aos índios; e reorganizando nos Estados, 6 inspetorias, 25 ajudâncias e 67 postos indígenas. (...) Quando da passagem do Sr. Presidente da República por Manaus, foi instalada a Inspetoria do Amazonas e Território do Acre; ocupando-se o respectivo inspetor, Major Carlos Eugênio Chauvin, admitido em 1º de julho, a reaver todo o material daquela Inspetoria; sendo seu principal objetivo recompor a antiga frota de embarcações, para poder dar início à tarefa de proteção e assistência aos índios daquelas paragens. (Relatório da Diretoria, 1943:3-5, In. MELO, p.204-205)

Em pleno exercício no cargo de inspetor, segundo narra Melo (2007), 'o Major Carlos Eugênio Chauvin viria a falecer a 3 de março de 1942, vitimado por um edema pulmonar', assumindo em seu lugar Alberto Pizarro Jacobina, o qual em 1945, em discurso pronunciado faz um relato sobre o conhecido "colapso do SPI", reconhecendo tal situação, devido as privações pelas quais o sistema SPI passou, perambulando nos Ministérios da Agricultura, do Trabalho e da Guerra.

A política positivista aplicado nas primeiras décadas, com tanto afinco, foi se perdendo ao passo, que funcionários públicos e oficiais do Exército assumiram cargos importantes no Serviço de Proteção aos Índios.

Foi dessa forma e sob várias denúncias de corrupção e maus tratos aos índios que o SPI foi perdendo crédito no cenário nacional e internacional, instigando assim, o surgimento vindouro do novo órgão indigenista – FUNAI – a ser fundado em 1967.

3.2 O SPI NO MÉDIO PURUS

Ao tratarmos a política indigenista no contexto do Médio Purus focaremos apenas cinco dos oito grupos identificados como pertencentes ao mesmo grupamento de línguas encontrados nesta região. Essa escolha deve-se aos poucos relatos encontrados sobre o grupo, bem como a importância que estes tiveram na construção histórica da região, participando do sistema de aviação e posteriormente sendo 'assistidos' pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Sabe-se que a região do Purus é uma das regiões que possui a maior diversidade no que diz respeito aos povos e culturas indígenas do sudoeste amazônico, pouco retratadas em trabalhos científicos e afins de modo que a região foi alvo de muitas investidas das empresas extrativistas durante o chamado Ciclo da Borracha. Contudo, poucos relatos existem sobre tal região, considerada como um vazio etnográfico.

A partir de meados do século XIX inicia-se a conquista efetiva do rio Purus. A primeira expedição de reconhecimento deste rio foi feita por João Cameté em 1847, atingindo a foz do rio Ituxi; a segunda foi empreendida por Serafim da Silva Salgado que, em 1852, chegou até o Iaco. (Rangel, 1994:39)

Segundo Marinho & Mendes dos Santos (), dos 175 trabalhos registrados sobre a região do Purus, '76 destes versam sobre lingüística, na sua maioria escritas por pesquisadores vinculados Summer Institute of Language, uma instituição missionária norte americana com grande atuação na Amazônia'.

Povo	Obras	1ª Referência	Última Referência
Paumari	57	1866	2007
Apurinã	38	1907	2007
Jamamandi	28	1972	2007
Deni	23	1872	2002
Jarawara	17	1862	2007
Zuruahã	16	1985	2005
Juma	10	1868	1999
Ipuriná	8	1866	1919
Banawa-Yafi	3	1989	1997
Kaxarari	1	2000	-
Cipó	1	1868	-
Kanamanti	1	2000	-
Pamaná	1	1868	-
Merimã	0	-	-

Tabela 8 – Total de títulos levantados sobre povos indígenas localizados na região Médio Purus

Fonte: NEAI, 2008

Org: Rogério Marinho

Como se percebe na tabela acima, os Paumari e Apurinãs e Jamamadi são os que mais possuem trabalhos monográficos. No entanto, verifica-se ainda, que existem grupos que há tempos não são estudados.

É mediante aos escassos trabalhos sobre a região que essa pesquisa se efetiva, buscando acrescentar a esse quadro relatos atuais. Para tanto, faz-se importante, em primeiro lugar, analisar o contexto em que a região estava inserida, a começar pelo sistema de aviamento.

Ora, o sistema de aviamento instituído em toda a Amazônia decorrente do auge do *Ciclo da Borracha* consistia em abastecer os seringais com produtos alimentícios industrializados, (as chamadas *mercadorias*) em troca dos “produtos da floresta” de interesse comercial, em especial o látex, para esse fim a ajuda dos povos nativos que serviram como guias na busca aos diversos produtos extrativistas da floresta, destacando-se entre eles a borracha, foram de suma importância.

A segunda metade do século XIX é marcada por uma série de expedições aos afluentes do rio Amazonas; a descoberta do processo de galvanização da borracha provocou uma nova modalidade de exploração dos recursos da floresta amazônica, contextualizada no âmbito

da revolução industrial. (Rangel, 1994:40)

Este capítulo consiste em relatarmos se os Paumari, Jamamadi, Jarawara, Deni e Kulina – estes mais concentrados no Alto Purus –, mantinham algum contato com o Serviço de Proteção aos Índios. No entanto, julgo necessário, antes de concentrar a atenção ao que o título do capítulo sugere, tratarmos sem muitas delongas, sobre esses povos que compõe a vasta região, ressaltando suas peculiaridades e similaridades entre si.

De início faz-se importante dizer que estes grupos são pertencentes à Família Lingüística Arawá (ou Arauá) situados na região do Médio e Alto Purus, confundidos por vezes com a família Arawak, sendo a primeira um subgrupo desta.

Os grupos que pertencem à família lingüística Aruá habitam a região do médio e alto Purus assim como do rio Juruá. Tratam-se dos Paumari, mas também dos Kulina (alto Purus e Juruá, Jutá e Itacoái), dos Deni (alto Cuniuá e Riozinho), dos Jamamadi, dos Banawá-Jafi e dos Jarawara (afluentes da margem esquerda do Purus) e os Hi-Merimã, isolados do rio Piranha. (Bonilla, p. 8)

Somando-se toda a população do Médio Purus, incluindo as que não serão aqui retratadas – Banawa Yafi, Hi Merimã e Zuruahã – resultam em uma população aproximada de 6 000 indivíduos, os quais ocupam 25 terras indígenas com uma extensão territorial de mais de 4 milhões de ha (Fonte: ISA, Fepi, Foirn, Funasa – 2005, 2006), assemelhando-se não apenas no aspecto lingüístico, mas também em aspectos culturais e históricos comuns, como a organização social e política, cosmologia, padrão de ocupação territorial e residencial, formas de sociabilidade, etc.

MELATTI (2007) também define a área em que esses grupos se encontram (Juruá-Purus), considerando-a como área etnográfica, com base na divisão feita por Eduardo Galvão em 1900-1959, que a identificou uma *área cultural*.

Observando a definição feita por Melatti, extraímos de uma parte do seu trabalho, mantendo

a grafia original, as seguintes informações:

- a. No curso inferior do Juruá, predominam os culinas, que também estão presentes em outros locais, como o curso médio do mesmo rio e ainda na área 4.
- b. No curso do médio do mesmo rio predominam os canamaris, que também vivem na área 4.
- c. No médio Purus, no sul do estado do Amazonas, concentram-se os apurinãs, que também se fazem presentes, daí para jusante ao longo do curso do Purus .
- d. Entre o Cuniuá e o Pauini, dois afluentes da margem esquerda do Purus, vivem os grupos menos diversos: denis, zuruahás, jarauaras, canamantis, banauás.
- e. No baixo Purus predominam os Paumaris, que não estão exclusivamente aí.

As investidas extrativistas, na região do Purus, sobretudo em relação à exploração da borracha a partir da metade do século XIX, marcou a história da família Arawá, conforme expõe GORDON (2006), observando que os grupos aí inseridos viviam provavelmente mais dispersos. No entanto, as perdas populacionais e a inserção na economia extrativista fizeram com que os grupos indígenas do Juruá-Purus, se concentrassem em aldeias principais.

Diante das transformações pelas quais os grupos passaram, observemos abaixo algumas características, sobre cinco grupos da família Arawá:

KULINAS:

Os Kulina (também grafado com ‘c’ – Culinas) se dividem em subgrupos chamados de *madiha* (gente ou povo), localizados à margem dos rios Juruá e Purus ou conforme especifica Rubens Monteiro de Souza (1985), em seu relatório sobre “Os Culina do Médio Juruá”, ‘estão localizados na margem esquerda no local denominado Macapá, próximo ao ig. Cupixaua ‘Dsidsirihua’ – município de Envira’.

Assim como os outros povos da região do médio Purus, sofreram fortes impactos ao passo que mantinham contato com as empresas seringalistas, resultando na dizimação de muitos em decorrências das freqüentes epidemias: gripe, sarampo, catapora, caracterizada por eles como doenças trazidas pelos brancos.

DENI:

Os Deni sofreram fortes impactos à época do segundo ciclo da borracha, sendo atingidos nos mais diferentes aspectos, a começar pela instabilidade física resultado das doenças oriundas dos migrantes que ocuparam a região. Contudo, como consta no site do ISA, com eles não vieram apenas as esperanças e as doenças, mas também as violentas disputas territoriais e exploração do povo, fazendo com que os Deni procurassem lugares mais distantes para habitar, fugindo de tais conseqüências.

O impacto da permanência dos exploradores foi tamanha que em maio de 1999, segundo os dados da FUNAI, existiam apenas 09 aldeias Deni, totalizando 666 pessoas, como pode-se observar no quadro abaixo.

POPULAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DENI – MAIO 1999

ALDEIA	POPULAÇÃO	RESIDENCIAS
Marrecão	99	14
MadúSikuri	28	04
Cidadezinha	94	11
Visagem	50	06
Kumarú Novo	50	08
Morada Nova	123	27
Buzina	100	23
Itaúba	79	16
Terra Nova	43	07
TOTAL	666	116

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI)

Tendo acesso a alguns trabalhos etnográficos, a páginas na internet e outras fontes, nota-se a

maneira como os Deni estão envolvidos com a natureza, identificando, sobretudo as práticas de

27

manejo dos recursos naturais, isso é, a relação que mantinham com a natureza, levando em consideração aspectos como a pesca, a caça, por exemplo. Esse envolvimento com a natureza também é perceptível nas lendas contadas por eles.

É na floresta que os Deni encontram os alimentos necessários para sobreviverem. Se não encontram mobilidade, isso é meio adequado para sobreviverem em uma terra, então são obrigados a mudar-se para outra localidade que possua meios eficientes para o plantio de roça. Vale ressaltar, no entanto, que as mudanças só são efetivas após um ano. Os Deni não se mudam imediatamente quando optam por se estabelecerem em outro lugar, decorre um ano até que a mudança se concretize.

A caça é uma atividade predominantemente realizada pelos homens, que se utiliza de espingardas para pegar os animais de pequeno porte e contam com os cães para a captura de animais como o macaco prego e o cairara.

No entanto, é preciso levar em consideração a versatilidade dos Deni, como bem mostra os relatórios da FUNAI (2001), reforçando a importância da caça para o grupo.

Animais encontrados por acaso nas trilhas ou no rio dificilmente não escapam, mesmo não havendo, no instante, o equipamento necessário. Porretes improvisados ou pequenas facas acabam sendo suficientes. Homens adultos e rapazes sempre levam para a mata facas compridas e delgadas que têm a mesma função de um punhal. Quando necessário, essa lâmina é amarrada a uma envira (entrecasca de árvore) ou cipó a um cabo, e assim está pronta para a caça. (FUNAI – 2001, p. 31)

A pesca também possui lugar de destaque nas atividades produtivas do grupo indígena Deni, envolvendo distintas técnicas: “o arco e flecha, o veneno de peixes vekamá, a linha e o anzol” e a participação de homens, mulheres e crianças nas pescarias com veneno, desde a colheita do Vekamá

até o preparo do pescado. Esse tipo de pescaria geralmente é realizada em pequenos igarapés e os

peixes são de pequenos porte.

JAMAMADI

Os Jamamadi, considerados à época das primeiras expedições como uma das tribos menos conhecidas, encontram-se acima do rio Sepatini, à margem esquerda do Purus, vivendo predominantemente em terras firmes, tendo como principais atividades produtivas a caça e a lavoura, de onde tiravam 'bananas, abaxis e frutos da pupunha, muito dos quais eram trocados com os seringueiros por tabaco e utensílios de ferro'. Divergem, portanto dos Paumari que habitavam exclusivamente as margens dos rios, pescando e caçando tartarugas.

Os Yamamadi habitam exclusivamente nas matas altas e densas de terra firme, evitando as margens do rio, de medo da praga de insetos” (Ehrenreich, 1948, pp.100-101, in Rangel, 1994:67).

Pelo que consta, os Jamamadi vivem em habitações feitas sobre uma base elíptica, cobertas com folhas de palmeiras pixiúba. No entanto,

No passado, os Jamamadi habitavam em aldeias compostas apenas por uma grande maloca. Esta parece ter sido também a situação dos Kulina e dos Deni. Ao que tudo indica, essas malocas abrigavam, cada qual, um único subgrupo nomeado. (Rangel 1994: 85).

PAUMARI

Em se tratando de Paumari podemos dizer que estes 'habitavam exclusivamente as margens do rio e as lagoas ao seu entorno, com o intuito de pescar e caçar tartarugas'. Construíam as suas moradias com base nessa peculiaridade: ' Na época da cheia, os Paumari dirigiam-se para os lagos, construindo cabanas sobre balsas colocadas no centro, para evitar os mosquitos.', enquanto que na

estação seca costumavam habitar as praias e bancos de areia, fazendo casas de folha de palmeira

(provavelmente jarina).

As primeiras informações sobre esta etnia consistem também nos relatos do geógrafo inglês William Chandless, pois ele 'foi quem realmente viajou por águas nunca antes navegadas, atingindo até os últimos meadinhos do Purus. Suas informações sobre os índios são bastante detalhadas'. Foi no rio Jacaré, que 'Chandless encontrou os Paumari e os Juberi, fazendo menção à 'pinta', doença de pele que atingia esses índios'.

JARAWARA

Assemelhando-se aos demais grupos que compõem o médio Purus, os Jarawara são basicamente agricultores da terra firme que complementam sua dieta com caça e pesca, onde utilizam-se, assim como os Deni de um veneno. Seus roçados são principalmente de mandioca (15 tipos são cultivados por eles), macaxeira (5 tipos), taioba, milho, bananas, abacaxi, jerimum, batata-doce, ariá, cará, melancia, caju e pupunha, mas também cana-de-açúcar, tabaco e um cipó chamado kona, de que produzem um veneno ictiocida, o tingu.

Entre os principais produtos de comercialização encontramos a castanha, látex, óleo de copaíba e sorva.

Para que haja um melhor entendimento sobre os povos da região e sua inserção no Serviço de Proteção aos Índios, faz-se necessário retratarmos, inicialmente, a região do médio Purus de maneira mais geral, identificando sua história. Para tal fim, relatos de Euclides da Cunha, e as informações coligidas por Marco Antonio Lazarin são imprescindíveis para a construção do texto. O primeiro esteve no Purus. O segundo é autor de uma dissertação de mestrado, que relata expedições realizadas ao rio, embora haja poucas informações sobre as 'populações indígenas do Juruá-Purus', pois notoriamente a exploração das terras dos índios era o principal interesse dos seringueiros/seringalistas.

indígenas, como já foi exposto anteriormente. Porém, divergindo-se de outras regiões, como o Alto Rio Negro e Alto Solimões, por exemplo, o que há sobre o Médio Purus limita-se a breves narrativas de cronistas, viajantes, militares e missionários e mais recentemente algumas poucas dissertações acadêmicas.

Na dissertação de mestrado “A descida do rio Purus (uma experiência de contato interétnico)” de Marco Antonio Lazarin, percebe-se a tardança em relatos sobre os povos da região, datada de meados do século XIX.

As primeiras viagens exploratórias pelo rio Purus, ditas como encomendadas pela administração do Amazonas, datam de meados do século XIX. Em seus relatos começam a surgir referências aos grupos tribais da região. Somente a partir dessas primeiras viagens, poderemos começar a compor o início de um processo de relações interétnicas com paulatina definição de forças e atores nele envolvidos. (Lazarin, 1981, p. 08)

Algumas expedições foram feitas ao rio Purus, relatando, por exemplo, sua situação geográfica, como o fez Euclides da Cunha, ao subi-lo em 1904, fazendo parte da Comissão Mista de Reconhecimento Brasil- Peru. Muitas populações indígenas foram encontradas ao longo do rio, sobretudo os apurinãs, sobre os quais há abundantes informações.

Essa situação só começa a mudar quando a notícia da fácil navegação e da constatação de enormes seringais, feita por Chandless, quando esteve no Purus, se espalha, atraindo para a região um contingente populacional, vindo, no primeiro momento, 'em sua totalidade de outras regiões do Amazonas, que se realoca à medida que a visibilidade econômica da goma no Purus – sobretudo médio e alto Purus – tornando-se esperança de aquisição de riquezas por todos os que por ali se aventurem' (op. Cit., p.17).

Ora, a busca ferrenha pelo látex da seringueira aliado aos preços pagos pelo produto, foi preponderante para ocupação abrupta da região, afetando intrinsecamente os modos de vida da população indígena, já que os mesmos passam a atuar nesse cenário como principalmente guias da

floresta, em busca da seringueira.

A tabela abaixo, extraída da dissertação de Marco Antonio Lazarin, mostra a variação do preço da borracha ao longo dos anos, o que alavancou ainda mais a vinda de migrantes para a região:

ANO	PREÇO
1840	45 lb/ton
1850	118 lb/ton
1860	125 lb/ton
1870	182 lb/ton
1909-11	512 lb/ton
1910	639 lb/ton

Fonte: OLIVEIRA FILHO, 1977:25, In. LAZARIN, 1981:17.

O século XX, então, foi marcado por uma crescente busca ao látex retirado da seringueira (*Hévea Brasiliensis*), árvore nativa da região amazônica, valendo-se da participação, no primeiro momento, dos povos nativos da Amazônia, que serviram a esse sistema não apenas como mão de obra, mas também como informantes-conhecedores da floresta e, sobretudo, como fornecedores de gêneros alimentícios para abastecimento dos barracões seringalistas.

Segundo Lazarin, a parcela da população indígena disponível aos seringais, não supriria as necessidades da empresa seringalista, sendo ela desprezível ou insignificante após a chegada dos nordestinos. De acordo com o autor:

Em oposição ao “cearense”, o índio constituiu-se em elemento anódino da frente que se atualiza no Seringal do Apogeu, não se harmonizando à função de seringueiro e constituindo-se ideologicamente em elemento desviante dos padrões dominantes, baseado no trabalho. (Lazarin, 1981:22-23)

E Cunha (1992) complementa:

A mão-de-obra indígena só é ainda fundamental como uma alternativa local e transitória

32

diante de novas oportunidades. É o caso da extração da borracha natural da Amazônia ocidental enquanto não se estabeleceu a imigração de trabalhadores nordestinos. (Cunha, p. 133)

É nesse embate entre seringalista e índios que surge em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), com a instalação de duas inspetorias: a Inspetoria do Território do Acre e a do Estado do Amazonas, que posteriormente tornam-se 'Inspetoria do Estado do Amazonas e Território do Acre', conforme já foi abordado em páginas anteriores.

Retomando a ideia de Postos Indígenas, tratados no item anterior, vale ressaltar, com base nos acesso aos microfimes do SPI, que estes estavam divididos em:

*PIA – Posto Indígena de **Atração**

*PIF – Posto Indígena de **Fronteira**

*PIN – Posto Indígena de **Nacionalização/ Assistência**

*PIT – Posto Indígena (?)

Segundo consta no microfilme 032, os Postos Indígenas Marienê, rio Gregório, Manauacá e o Posto Ipixuna são caracterizados como postos de nacionalização/assistência.

Sobre essa categorias denominativas aos Postos Indígenas é importante expor a forma como esses postos funcionavam, acrescentando outras categorias não explicita no microfilme 032. Para tanto, levo em consideração os dados de Melo (2007), o qual afirma que *Postos de Atração, Vigilância e Pacificação*, tinham por finalidade proteger a população indígena de ataques, bem como as suas terras contra eventuais invasões, prestando todo auxílio aos que já encontravam atraídos e pacificados e principalmente atrair para o posto as tribos arredias ou hostis que tinham

pouco ou nenhum contato com os 'civilizados'.

Os *Postos de Assistência, Nacionalização e Educação*, assim denominados, agregavam

33

índios em estado pacífico de uma ou mais etnias. O sedentarismo em que os quais se encontravam foi fator contribuinte para a sua eventual adaptação à criação e à lavoura, estando responsáveis pela organização destas, como também pela pecuária. À cargo deste posto, ficava ainda, o tratamento de doenças endêmicas e moléstias, adquiridas sobretudo pelo contato dos índios com os brancos.

Vale ressaltar, que

Os índios que viviam nos postos eram estimulados aos trabalhos agrícolas “e no preparo da inteligência”. Havia o ensino das primeiras letras e de ofícios – técnicos, industriais, agrícolas – que permitiam a produção indígena de alimentos para seu consumo. A pequena produção não permitia o acúmulo de bens, nem a venda de produtos no mercado regional. Vestimentas, instrumentos diversos, medicamentos e outros gêneros alimentícios eram fornecidos pela inspetoria. (FREIRE, p. 57)

Levando em consideração os objetivos propostos por esta pesquisa – *compreender as ações do Serviço de Proteção aos Índios na região do Médio Purus*, exponho a seguir informações sobre os Postos que atendiam as populações do médio Purus, extraído do microfilme 001, o qual encontra-se sob a guarda do NEAI em formade CD.

- **POSTO INDÍGENA MARIENÊ**¹, no rio Seruhiny, no Município de Lábrea. Vae-se de Manaós até logar Caçaduá, no meio do rio Purus, município de Lábrea, em 10 dia, se a viagem fôr feita em vapor, e 15 dias, se fôr feita de lancha no inverno. No verão os vapores gastam de 12 a 14 dias e as lanchas de 18 a 20 dias. De Caçaduá segue-se por terra, por um varadouro aberto pela Inspeção, até logar de Santo Antonio, no meio do rio Seruhiny,

1 A descrição destes Postos Indígenas (Marienê, Manauacá, rio Gregório) foram encontrados pela pesquisadora Liliane Souza, no microfilme 001 . No entanto em razão da danificação dos documentos do SPI, em alguns fotogramas é difícil identificar as frases completas, como ocorreu nestes. Por tanto, as descrições sobre os respectivos Postos foram complementados por mim, com exceção do PI do Rio Gregório, o qual consta interrogações, significando a falta de alguma palavra ou frase. Foi mantida a grafia original do documento.

gastando nesse trajeto 4 horas a pé. Do lugar Santo Antonio sobe-se o rio em canôa e chega-se ao posto em 3 ou 5 dias, conforme o numero de remadores e peso da canôa.

Segundo o Melo, este Posto, diferente da descrição apresentada acima, 'estava situado à

34

margem esquerda do rio Seruhiny, município de Borba', o qual teria 'tido seus rudimentos' na gestão de João de Araújo Amora.

Sobre o referido posto Melo (2007) identifica a produção do mesmo, conforme se observa na citação abaixo:

A produção industrial desse posto é composta, no que se refere à agricultura, nos seguintes produtos: milho, açúcar, mel de cana, arroz, farinha, goma, banana, pupunha, graviola, laranja, abacate, manga entre outras. O, posto possuía horta que produzia couve, cebolinha, tomate, alface, nabo, rabanete, coentro e fava. Possuía o posto, também inúmeras fruteiras que produziam. Apesar de tentar nesse posto a criação de gado, em face dos males que causaram mortandade, no ano de 1930 ele apresentava apenas a quantidade de 13 cabeças. Nele havia ainda, no ano de 1930, 150 castanheiras de plantação própria, já quase na fase de produção. O posto Marienê, ao final da administração de Bento Lemos, apresentava-se com uma boa estrutura física. (Melo, 2007:150)

De fato é perceptível as transformações pelas quais as terras indígenas sofreram. De uma área restrita e cultivada somente para suas subsistências, passam a áreas cultivadas para fins comerciais.

- **POSTO INDÍGENA MANAUACÁ**, no rio Tuhiny, no Município de LÁBREA – Vae-se de Manaós em vapor ou lancha até a foz do rio Tuhiny, a qual dista de Caçaduá, subindo o rio, 10 horas a vapor. Dahi sobe-se o rio em canôa e vae-se ao posto em 4 ou 6 dias, conforme a embarcação.

Este posto, pelo que consta na dissertação de Joaquim Melo, foi fundado em 1921, servindo 'para atrair vários indígenas do povo Jamamady que ficaram dispersos, quando do fechamento, em 1914, do posto fundado pelo então *ajudante* Bento de Lemos no rio Inauhiny'. Atendia principalmente os Jamamadys (ou Jamamadi), instalados nas centenas de malocas, nos arredores do posto, e alguns Apurinãs.

Sobre a produção do posto temos:

Sua produção industrial compunha-se, basicamente, de farinha, açúcar, me de cana, arroz e feijão. Além dessa produção, havia a criação de galinhas e porcos. Nesse posto também ocorria a exploração de castanhais, sendo o produto de sua venda revertido

35

em prol dos próprios habitantes do posto, conforme relata o *inspetor*.(o. Cit. p. 172)

- **POSTO INDÍGENA DO RIO GREGÓRIO**, no Município de São Felippe – Vae-se de Manaós em vapor até a villa de São Felippé, no rio Juruá, em 12 dias, no inverno, e de 16 dias, no verão. De São Felippe, vae-se ao lugar Rivaliza, próximo a foz de Gregório, em chatas a vapor ou lanchas, de 3 a 4 dias. De Rivaliza ??? uma hora até a foz do Gregório, sobe-se este rio em canôa e chega-se no posto em 4 ou 6 dias.

De acordo com Melo (2007), este posto foi fundado em 1925 e sob seus cuidados estavam os Canamary, Bendiapá, Jaminaua, Cachináua e os Curina (ou Kulina), do grupo lingüístico Arawá.

“Este posto atende os povos indígenas da região do riozinho da Liberdade, Tarauacá e outros mais próximos, estando o pessoal em constantes viagens pelas malocas a fim de socorrer os silvícolas. Este ano, aproveitando o entusiasmo dos índios pelo serviço de extração da goma elástica, em que se empregaram o ano passado com real proveito, ordenei o *encarregado* que fizesse explorações nas terras ocupadas pelos aborígenes, a fim de ver se encontravam seringais nativos onde pudessem os mesmos trabalharem sem serem incomodados pelo civilizado. Um grupo de Curinas e Bendiapás internou-se pela mata, buscando atingir as terras ocupadas pelos seus ascendentes no divortium aquarum do rio Juruá com o Javary, subindo com a exploração pelo rio Itacoahy que deságua no Javary (...) Na verdade os Marupiáras do Gregório viram os seus esforços coroados de absoluto resultado, pois descobriram grandes seringais virgens, onde pretendem trabalhar este ano, sob a direção do pessoal do posto. (Lemos, 1929:30, In. Melo, p. 125-166)

Segundo a observação feita por Melo (2007), ao analisar os microfilmes do SPI, nota-se que

além da exploração da borracha, o posto, mediante a participação dos índios, cultivavam uma lavoura. Em 1929 encontrava-se, neste posto 'macaxeiras, mandioca, cana de açúcar, café, bananeiras, abacateiros, mangueiras, cajueiros, pupunheiras', produtos encontrados na dieta dos

36

demaís povos da região do médio Purus, com algumas poucas variações.

Percebe-se diante das informações já apresentadas anteriormente que os povos indígenas estavam inseridos nesse sistema. Reforçando o que disse, apresento abaixo um documento encontrado nos arquivos microfilmados do SPI que tem por título Relatório Geral das Aldeias do Sul do Estado do Amazonas, onde encontramos descrições populacionais de vários grupos, incluindo as tribos tratadas neste trabalho. Observe, no quadro abaixo que elas estão definidas com pertencentes a família lingüística aruak.

Relatório Geral das Aldeias do Sul do Estado do Amazonas

O relatório relata sobre índios do tronco lingüístico tupi, aruak, pano desconhecidos e de língua já estudada e não classificadas (outros).

O presente relatório consta de 74 aldeias de índios sendo: 35 tupi, 22 Aruak, 2 Pano, 6 desconhecidos e 9 de línguas não classificadas.

A grande ocupação dos índios é justamente a extração da seringa (latex). São índios que se encontram nos 4 tipos de contato com a sociedade nacional: integrados, isolados, contacto permanente e contacto intermitente.

TRIBOS DA LÍNGUA ARUAK

ALDEIA	HOMENS	MULHERES	CRIANÇAS	TOTAL
1. Kulina	50	50	40	140
2. Paumari	?	?	?	50
3. Paumari	?	?	?	50
4. Paumari	?	?	?	75 a 100
5. Paumari	?	?	?	12
6. Paumari	?	?	?	12
7. Ipurinã	5	6	5	16

8. Ipurinã	?	?	?	22
9. Ipurinã	?	?	?	70
10. Ipurinã	?	?	?	20
11. Ipurinã	15	16	27	58
12. Iamamadi	?	?	?	70
13. Iamamadi	?	?	?	?
14. Iamamadi	17	15	22	54
15. Iamamadi	15	15	20	50
16. Iamamadi	9	8	25	42
17. Iamamadi	26	29	19	74
18. Mamori ou Mamoré	7	8	8	23
19. Mamori ou Mamoré	?	?	?	50
20. Mamori ou Mamoré	?	?	?	100
21. Mamori ou Mamoré	?	?	?	150
22. Jarawara	65	65	70	200
TOTAL				1. 393

Após essa descrição populacional de cada tribo, consta nos fotogramas posteriores, relatórios¹ digitalizado de cada aldeia, mostrando o grau de contato em que os índios da família Arawá se encontravam, bem como as principais atividades executada por eles quando aldeados:

<u>RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 01²</u>	
	Data: 30.1.65
Índios: Kulina	
Graus de Integração: contacto permanente	Línguas: Aruak
Localização: 70° 54 W 7° 42S	
	A uma hora e meia rio acima do povoado mais próximo. Foz de Acarauá,

1 Só serão relatados as aldeias correspondente à essa pesquisa, portanto relatórios da aldeias Ipurinã e Mammori não serão aqui tratadas.

2 Relatório da Aldeia : Digitalização feita pela pesquisadora Liliane Souza

afluente esquerdo do rio
Tarauacá e a 3 horas de
motor de pôpa da cidade
de Tarauacá.

38

Segundo o recenseador, êle foi a aldeia acompanhado de um tal “chefe” (civilizado) da Cia. Leal Maia de Tarauacá. A aldeia compõe-se de sete casas do tipo de civilizados, tendo ao redor (???) a mata densa, uma roça pequena de 200m por 50m e outra (???) de 300 m por 200m do outro lado do rio. A plantação é de mandioca, macaxeira, banana, pupunha, abacaxi e algodão. São 140 indivíduos ao todo segundo apurou o recenseador, a aldeia está sofrendo uma pequena despopulação.

Além da roça, a base alimentação é a caça (queixada, anta, veado e ???) e a pesca (vários tipos de peixes).

Fabricam cestaria e fusos para a fiação do algodão. Usam espingardas e arcos e flechas para pescas.

Quanto ao aspecto físicos são baixos de estatura e fortes de corpulência não havendo aparentemente doenças alguma.

Recebem as vezes visitas de civilizados como seringueiros e seringalistas vindo da Foz do Acarauá.

Trabalham na extração de látex no contacto constante com civilizados que trafegam no rio Acarauá em demanda dos seringais ali existente. O período de permanência desses civilizados na área é de muitos anos. Em geral são trabalhadores da Cia. Leal Maia.

Pediram ao motorista do barco pra tocar acordeão para que êles pudessem dançar. A dança é igual a de civilizado.

Dizem que possuem parentes no rio Envira a dois dias de viagem por terra, no Rio Gregório (??? mas brigam muito) e no Seringal Santa Catarina no rio Tarauacá em nº aproximado

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 2

Índios: Paumari

Data: 1/12/64

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 65° 24° W, 7° 37° S

Na lagôa Marrahã formada pelo rios Sepatini, afluente do rio Purus.

O povoado mais próximo é Lábrea no rio Purus e os moradores do mesmo rio

Segundo o recenseador as informações foram obtidas dos linguísticos do SIL que trabalham no lugar e dos índios do rio Sepatini que estavam visitando parentes moradores na Lagôa Marrahã. Conversou com 5 índios.

A estimativa do número de índios é de 50 e parece que o nº está aumentando.

A alimentação tem sua base na caça, pesca, farinha e frutos silvestres. Usam espingarda para caçar. São indivíduos baixos, fortes e sadios.

Recebem muitas visitas de civilizados que são moradores do local, regatões e o patrão do seringal que sobem e descem o rio Purus fazendo comércio.

Reconhecem outros grupos de índios Paumari, Yamamadi, Ipurinã, todos moradores do rio Purus. Encontrou ? Muitos brasileiros que são moradores do rio Purus.

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 3

Índios: Paumari

Data: 1/12/64

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 65° 24° W, 7° 37° S

Lagôa Marrahã ??? de São Clemente, no rio Purus.

40

O povoado mais próximo é Bom Futuro. A Lagoa Marrahã fica situada ?acima de São Clemente, no rio Purus.

Segundo o recenseador, que não foi a aldeia, deteve as informações o local denominado Lagôa Marrahão qual visitou durante um dia inteiro. Conversou com 50 índio com os quais conseguiu uma lista de palavras. As informações foram obtidas dos índios em operação com os Linguistas do SIL que trabalham na área.

São cerca de 50 índios e parece que a população está aumentando.

A base alimentar é peixe, carne de gado e farinha.

A média da estatura é de 1,60m, são bem desenvolvidos, geralmente são sadios apesar de alguns casos de tuberculose existirem.

Recebem visitas dos regatões, civilizados vizinhos e o dono do Seringal vêm comerciar na área, oriundos de São Clemente e de seus distritos.

Os índios tem conhecimento da existência de Ipurinãs que vivem próximos.

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 4

Índios: Paumary

Data: dezembro de 1964

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 64° 54° W, 7° 19° S

Fica situada de 30 minutos a 1 hora rio acima no

Ituxi

E o povoado mais próximos de civilizados na boca do Ituxi.

Segundo o recenseador, que não visitou a aldeia obteve informações com os índios e linguistas do SIL na localidade Lagôa Marrahã, e um pequeno grupo de 50 pessoas e as que parece, estão aumentando em número, tendo oportunidade de analisar a língua.

41

A base da alimentação é pesca, um pouco de caça e roça

A estatura normalmente 1,50 e 1.60. São bem desenvolvidos e aparentemente saudáveis

Recebem visitas de civilizados como regatões, vizinhos do Seringal originários dos distritos de São Clemente que vão comerciar com índios.

Sabem da existência de índios Apurinã na região.

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 5

Índios: Paumari

Data: 6/7/64

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 65° 45° W, 65° O'W 5° 40° 30 S. - Perambulam por uma área que vai desde a boca do rio Tapauá até o rio Ipiranha. O povoado mais próximo é Canutama no rio Purus.

Segundo o recenseador, os índios são nômades e vivem espalhados e mudando sempre de

lugar dentro da área acima citada, e que dificulta e mesmo torna impossível um recenseamento. A estimativa é de 75 e 100 indivíduos. Esteve durante 2 dias de julho (na ida) e 3 dias em agosto (na volta) com 2 famílias deces (*desses*) índios, de quem recebe as informações.

Alguns possuem barracos na beira do rio. Porém, a maioria mora em canoas grandes ou balsas.

Aparentemente não tem roças.

A base alimentar é caça e pesca, esta feita por alguns com dinamites, além da farinha que compram com o produto da pescaria, não tem artesanato a não ser arcos e flechas que pescaria. Muitos tem espingarda.

O aspecto físico é bom, corpulência mediana, limpos e aparentemente saudáveis.

42

A estatura é baixa, no homem varia de 1,40 a 1,50 e a na mulher 1,20 até 1,40.

recebem visitas de moradores e regatões de Canutama e do rio Purus. Muitos estão pescando com dinamite e o contacto é regular com muitos aldeados.

Os Civilizados localizados na área trabalham na extração da seringa, na coleta da castanha e na extração de madeiras, principalmente o Pau Brasil.

Durante a viagem o recenseador encontrou 5 regatões que trafegavam pelo local.

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 5

Índios: Paumari

Data: 6/7/64

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 65° 45' W, 65° O'W 5° 40' 30 S. - Perambulam por uma área que vai desde a
bôca do rio Tapauá até o rio Ipiranha. O
povoado mais próximo é Canutama no rio

Purus.

Segundo o recenseador, os índios são nômades e vivem espalhados e mudando sempre de lugar dentro da área acima citada, e que dificulta e mesmo torna impossível um recenseamento. A estimativa é de 75 e 100 indivíduos. Esteve durante 2 dias de julho (na ida) e 3 dias em agosto (na volta) com 2 famílias deces (*desses*) índios, de quem recebe as informações.

Alguns possuem barracos na beira do rio. Porém, a maioria mora em canoas grandes ou balsas.

Aparentemente não tem roças.

A base alimentar é caça e pesca, esta feita por alguns com dinamites, além da farinha que compram com o produto da pescaria, não tem artesanato a não ser arcos e flechas que pescaria. Muitos tem espingarda.

O aspecto físico é bom, corpulência mediana, limpos e aparentemente saudáveis.

43

A estatura é baixa, no homem varia de 1,40 a 1,50 e a na mulher 1,20 até 1,40.

recebem visitas de moradores e regatões de Canutama e do rio Purus. Muitos estão pescando com dinamite e o contacto é regular com muitos aldeados.

Os Civilizados localizados na área trabalham na extração da seringa, na coleta da castanha e na extração de madeiras, principalmente o Pau Brasil.

Durante a viagem o recenseador encontrou 5 regatões que trafegavam pelo local.

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 6

Índios: Paumari

Data: dezembro de 1964

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 64° 18' W, 7° 18' S

No local denominado Quatro Praias, a 5 horas

acima

da boca do Rio Mucuim afluente do rio Purus. O povoado mais próximo é Canutama

Segundo o recenseador o local já foi visitado várias vezes pelos linguistas da SIL. O recenseador foi a aldeia onde encontrou 12 índios.

Sua habitação é de palha sem parede com piso de paxiuba. A vegetação é a própria mata, uma vez que não plantam e adquirem a farinha do “patrão”, Sr. Jacinto.

São de estatura “normal” porém portadores de “pano branco” (manchas brancas na pele).

Recebem a visita do Sr. Jacinto, seringalista de Canutama que compra deles peixes salgados e fresco.

Durante a viagem o recenseador encontrou civilizados que vinham de Canutama para seus lares. São brasileiros e moradores do rio Mucuim e que trabalham na extração da sorva e do látex e na coleta de castanha.

44

RELATÓRIO DA ALDEIA Nº 13³

Índios: Yamadi

Data: dezembro de 1964

Gráu de integração: contacto permanente.

Língua: Aruak

Localização: 67° 46' W, 7° 41' S

No igarapé Preto aproximadamente

a 4 dias de motor da boca do rio Pauiní.

Nota-se diante das informações encontradas neste relatórios, fatos corriqueiros ao cotidiano

desses grupos, com exceção aos Deni, que em comento algum, durante a pesquisa aos arquivos do SPI, obtivemos informações sobre as suas aldeias. No entanto, é bem provável que esse grupo tenha sido considerado um grupamento de um grupo maior, como os Jamamadi e assim serem definidos como tal, visto que vários grupos conviviam juntos numa mesma aldeia.

Se fosse possível imaginar o desenho da região compreendida entre o Juruá e o Purus, contendo o conjunto Arawá, este talvez pudesse ser descrito como uma grande rede, em cujos nós estariam localizadas as grandes casas, interligadas pelos fios, isto é, caminhos e igarapés. Evidentemente o desenho desta rede não seria simétrico mas, dentro de raios que não podem ser determinados, haveria conjuntos de casas, mantendo relações de aliança. Conforme a distância se prolongasse o conhecimento mútuo iria, também, ficando mais remoto. Outro desenho possível poderia ser feito através da imagem de várias constelações, reproduzindo-se por fissão até preencher o território necessário ao seu modo de existência.(Rangel, 1994:107)

45

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do novo direcionamento em que a pesquisa foi inserida, percebe-se a importância que essa investigação tomou, ao passo que analisa os efeitos da ação indigenista especialmente no contexto do médio Purus.

No entanto, ao analisar genericamente a região do médio Purus, torna-se evidente os escassos trabalhos etnográficos existentes, descobrindo assim, o quanto é relevante o estudo sobre Purus, sobretudo sobre o médio, onde se insere os grupos da família lingüística Arawá, tão pouco retratados.

Considerando a terceira etapa desta pesquisa, em que consiste na análise dos documentos

microfilmados do SPI, despertou-se o interesse em focar a ação do órgão indigenista no médio Purus, bem como a inserção dos povos da região nesse sistema, retratando as categorias dadas a eles, mediante ao avanço do contato, a organização de suas aldeias, etc.

O Serviço de Proteção ao Índio (SPI) através da instalação de Inspetorias e Postos Indígenas, atraíram e arregimentaram contingentes indígenas, tendo por finalidade integrá-los ao modo de vida nacional, através do que denominam de “processo civilizatório”, como consta na dissertação de mestrado de Joaquim Melo (2007). Dessa forma, quase todos os grupos da região do Purus foram “atendidos” pelo SPI, em suas fazendas agrícolas e também incentivados aos trabalhos nos seringais.

Bento de Lemos, inspetor que atuou por mais tempo na Inspetoria do Amazonas e Território do Acre (1916-1932), buscou instituir o máximo de Postos Indígenas na região amazônica, acreditando ser essa a única forma de agregar os índios ao convívio nacional. Mediante ao aldeamento em que os índios eram inseridos, a terra antes utilizada apenas como meio de subsistência, passa a ser utilizada pra fins econômicos.

A presente pesquisa sintetiza, que a ação indigenista atuante no século XX, ainda que tivesse

46

o objetivo de 'proteger', alterou sobremaneira, os primeiros costumes destes povos, ao passo que foram explorados como mão-de-obra pelos '*delegados*' atuantes em cada posto indígena.

Portanto, a investigação aqui retratada não se encerra, visto que muitos outros microfilmes precisam ser analisados. Portanto, recomendamos o desenvolvimento de novas pesquisas sobre a atuação do SPI, no Médio Purus, de modo a elevar a produção de trabalhos sobre a região.

5. REFERÊNCIAS

Arquivos da empresa seringalista JG Araújo. Museu Amazônico da Universidade Federal do Amazonas. Manaus.

Arquivos do Serviço de Proteção ao Índio – Inspeção do Amazonas. Mimeo e microfilmes. Secretaria de Cultura de Estado – Centro Cultural dos Povos da Amazônia. Manaus.

BONILA, Oiara. Cosmologia e organização social dos índios Paumari no Médio Purus. 2005

CUNHA, Manuela Carneiro da. ' Política Indigenista no século XIX '. In: CUNHA, Manuela

Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992, p. 133 – 154.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O SPI na Amazônia: Política Indigenista e conflitos regionais (1910 – 1932). Rio de Janeiro; Museu do Índio, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Deni. Rodrigo Padua Rodrigues Chaves. Brasília, 2000.

FUNASA (Fundação Nacional de Saúde)

2000 *Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Purus – Sede: Labrea – AM.*

(www.fns.gov.br/ind/ind01.htm; site acessado em 15/10/2008)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA) Amazônia Brasileira, 2004 (www.socioambiental.org)

LAZARIN, Marco Antonio. 1981. "*A descida do rio Purus*" (*uma experiência de contato interétnico*). A história das relações interétnicas no Purus. Dissertação de Mestrado pela Universidade de Brasília. Brasília.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. ' O Governo dos Índios sob a gestão do SPI '. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos Índios no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura / FAPESP, 1992, p. 155 – 172.

48

MELO, Joaquim Rodrigues de. A política indigenista no Amazonas e o Serviço de Proteção aos Índios: 1910-1932. Dissertação de Mestrado, 2007.

RANGEL, Lúcia. Os Jamamadi e as armadilhas do tempo histórico. Tese de Doutorado, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SOUZA, Rubens Monteiro de. Os Culina do Médio Juruá. Relatório, 1985.

6. CRONOGRAMA

Descrição	Ago 2008	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan. 2009	Fev.	Mar.	Abril	Mai	Jun.	Jul.
Levantamento Bibliográfico do povo Deni em sites, livros.	R											
Pesquisa aos arquivo J.G. Araújo		R	R	R								
Pesquisa aos Relatórios de Província				R	R							
Pesquisa ao arquivo SPI						R	R	R				

Leituras etnográficas	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R	R
Ciclos de Estudos e Seminários sobre os Arawá				R		R		R		R		
Elaboração do resumo e Relatório Final (atividade obrigatória)											R	
Intercâmbio PROCAD (USP/UFAM)							R					
Reunião de Equipe		R		R		R		R		R		R
Encaminhamento de artigo para publicação												x
Preparação da Apresentação Final para o Congresso (atividade obrigatória)												R
Apresentação Parcial do PIBIC					R							

R = Realizadas.

X = A ser realizada.



Kulina do Posto Indígena Rio Gregório. Foto: Acervo Museu do Índio, 1928.

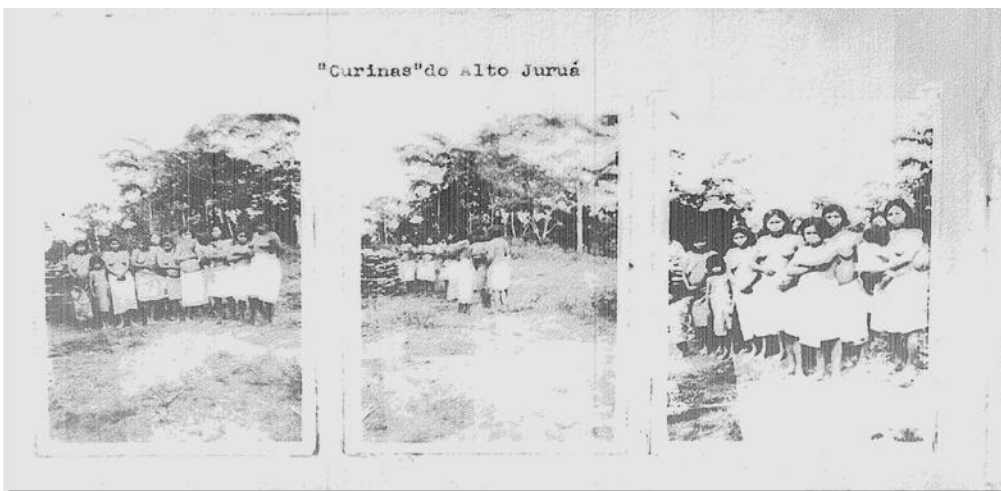


Ilustração 2: fotos Kulina. Fonte: Microfilme 342, fotograma de nº. 164.